

Progresso para quem? Uma Análise Etnográfica sobre a Avenida Liberdade e a Comunidade Maria Petronília, Belém/PA

Calina Ramos de Brito Souto (UFPA/PA)

Tatiana de Lima Pedrosa Santos (UEA/AM)

Resumo

A busca pelo desenvolvimento urbano tem sido utilizada como justificativa para a destruição da natureza, ora compreendida como fonte ilimitada de recursos, ora como barreira ao progresso. Nesse contexto, a Amazônia é vista como um mar no horizonte, que parece não ter fim. A análise da atual situação da Comunidade Maria Petronília, em Belém (PA), demonstra como o início de projetos de infraestrutura, a exemplo da construção da Avenida Liberdade, pode impactar negativamente a vida daqueles que são excluídos dos supostos benefícios desse desenvolvimento: pessoas, culturas e natureza.

Com isso, o objetivo é dissertar sobre como a produção da cidade moderna, pautada no discurso de progresso, interfere na cultura e na natureza no contexto amazônico, tendo como estudo de caso a relação entre a comunidade ribeirinha Maria Petronília e a construção da Avenida Liberdade. A pesquisa foi elaborada no contexto da realização da COP30 e tangencia as contradições de uma cidade que está sendo palco dos debates sobre sustentabilidade, enquanto obras desmatam e impactam quem vive da floresta. Utilizando a etnografia como método, a discussão articula os diários de campo, bibliografia pertinente e as falas dos moradores da comunidade, cedidas durante quatro incursões à comunidade em 2025/2026.

Palavras-chave: Amazônia, Progresso, Comunidade Maria Petronília/PA.

Introdução

“Medo de um dia não ter açaí pra bater”

Essa foi a frase que ouvi de uma das moradoras da comunidade Maria Petronília, localizada no Porto da Ceasa, em Belém (PA), durante as visitas realizadas pelo projeto de extensão Viva Petronília, vinculado ao LASSAM/PPGAU/UFPA. A fala refere-se aos impactos da construção da Avenida Liberdade, um projeto de via expressa bidirecional do Governo do Estado do Pará. O projeto propõe uma alternativa para desafogar o tráfego na Região Metropolitana de Belém, ofertando uma via de fluxo contínuo. Teóricos urbanos discutem a ineficiência da construção de novas vias para desafogar o trânsito nas grandes cidades, baseando-se no entendimento de que, quanto mais vias são construídas, mais carros circulam pelas ruas. Como evidencia Gerl (2013) que ao longo do século XX, as cidades tentam solucionar o congestionamento por meio da expansão da infraestrutura viária e de estacionamentos, isso provou ser contraproducente. O volume de tráfego tende a se ajustar à capacidade disponível, a criação de novas vias acaba incentivando, em um

ciclo vicioso, o aumento da frota e do uso de automóveis, resultando apenas em mais trânsito em vez de alívio. Além dessa possibilidade de ser uma solução ineficaz, a construção da avenida tem gerado impactos negativos nas comunidades inseridas no trajeto do projeto. A obra atravessa áreas de floresta e territórios ribeirinhos, onde as famílias dependem da subsistência por meio do extrativismo e da pesca.

A comunidade foi nomeada em homenagem a Maria Petronília dos Reis Santos que, vinda da Vila Caraparu, em Santa Izabel do Pará, fixou moradia em uma área adjacente ao Porto da Ceasa na década de 1940, após conseguir autorização de uso do solo junto à Embrapa, por ser uma área de domínio da empresa estatal (Kuwara; Sousa; Ferreira, 2024). A matriarca é descrita pelos seus descendentes como uma mulher forte e batalhadora: “Ela teve um AVC, pegou essa doença. Ela passou 10 anos com AVC, o que é raro, né? Vovó resistiu por 10 anos. [...] Ela fazia mingau, fazia a sopa dela. Minha vó tinha muita vontade de viver” (Interlocutora 4). Atualmente, a área é ocupada por seus descendentes que, conforme o crescimento do núcleo familiar, foram construindo outras habitações no mesmo local, formando a comunidade.

A problemática trazida refere-se a uma cidade moderna baseada na ideia de que é preciso dominar ou explorar todo o espaço natural existente, destruindo tudo o que é visto como barreira ao progresso. Muitas vezes, esse discurso não é explicitado; ele contradiz retóricas oficiais, divergindo do que é escrito para o que é efetivamente produzido. No Plano Diretor de Belém, há vários trechos que evidenciam tópicos como a proteção do ambiente natural e o desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o Art. 3º, que trata dos princípios fundamentais para a execução da política urbana da cidade, destacando no inciso III a "sustentabilidade, que consiste no desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado, economicamente viável, culturalmente diversificado, e política e institucionalmente democrática" (Belém, 2008, p. 02). Contudo, o que se presencia é controverso ao que traz o Plano Diretor. Enquanto existir um desenvolvimento que consome infinitamente o ambiente natural, não há possibilidade de haver qualquer tipo de sustentabilidade.

Portanto, a partir de um olhar etnográfico, o objetivo é dissertar sobre como a produção da cidade moderna, pautada no discurso de progresso, interfere na cultura e na natureza no contexto amazônico, tendo como estudo de caso a relação entre a comunidade ribeirinha Maria Petronília e a construção da Avenida Liberdade. O trabalho segue o método etnográfico e, considerando o pesquisador como parte do processo de produção

do conhecimento, fruto de uma experiência vivida, o artigo é escrito em primeira pessoa. Abordo, assim, as minhas percepções por meio de um breve relato baseado nos diários de campo realizados em três incursões durante os meses de maio e junho de 2025, e outra em fevereiro de 2026, à comunidade Maria Petronília. As conexões entre percepções pessoais, falas dos moradores e autores que discutem a relação entre cidade moderna, natureza e cultura darão um apanhado geral sobre a atual situação do lugar. Na minha experiência em campo, conversei com mulheres moradoras da comunidade, sendo algumas netas e outras casadas com netos da Maria Petronília.

Encostada em um guarda-corpo de tramas em madeira inclinadas, que são denominadas muxarabi, no alpendre da sua casa. A casa tinha piso de alvenaria e todas as paredes de madeira em tom de laranja terroso, e a cobertura de telha fibrocimento. Tinha roupas penduradas para secar em varais e no guarda-corpo. Perguntei sobre o grau de parentesco dela com a Maria Petronília. Ela disse que era sua avó e que ela lutou muito para viver, que era uma mulher ativa, fazia sua própria comida e que morreu aos 93 anos, de morte natural.

Nas conversas eram tocados outros assuntos, como saneamento básico, fonte de renda da família e grau de parentesco com Maria Petronília, entre outros; estes eram respondidos de forma mais direta. Já quando eu perguntava sobre a Avenida Liberdade, o tom de voz subia e os moradores divagavam mais sobre o assunto. Senti e interpretei aquela inquietação como uma revolta frente aos problemas que já estão vivenciando: “Nem Uber, nem nada quer entrar [na comunidade]. Aí, tipo, não tá dando melhoria nenhuma, né? Só tá piorando. Que vocês vejam o acesso pra chegar aqui como tá de buraco, né?” (Interlocutora 4).

Obras como essa trazem o discurso de progresso e modernidade, mas para quem? O acesso viário à comunidade apresenta pavimentação asfáltica apenas até o Porto da Ceasa; o trecho subsequente é caracterizado por irregularidades e solo argiloso. Durante as entrevistas, os moradores sinalizaram impactos negativos da implementação da avenida, entre eles a derrubada de uma grande área de açaizal, o que influenciou diretamente na quantidade de latas de açaí extraídas e, conseqüentemente, diminuiu drasticamente a renda familiar.

Vale salientar que a construção da avenida Liberdade se encontra no contexto da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em novembro de 2025, em Belém/PA. Mesmo não fazendo parte da lista de obras investidas oficialmente para estruturar a COP30, se faz necessário a reflexão da incoerência imbricada entre os fatos que envolvem o debate sobre as mudanças climáticas e

sustentabilidade diante de obras que causam uma grande área de desmatamento e outros impactos econômicos, naturais e culturais para os moradores dessas regiões.

A interferência na relação cultural do ribeirão que pertence a área da obra, na dimensão do cotidiano já é sentida, e eles já se preocupam com questões além do natural e econômico, também relacionadas à segurança dentro da comunidade. Dito isso, o artigo traz, a princípio, um breve relato das minhas percepções e reflexões sobre o lugar e os impactos da modernidade, atreladas aos meus diários de campo e, em seguida, a discussão da relação entre cidade moderna, cultura e natureza, atrelada às falas dos moradores.

Filhos do Dono, Órfãos da Terra

Não sou profeta
Nem tão pouco visionário
Mas o diário desse mundo 'tá na cara
Um viajante na boléia do destino
Sou mais um fio da tesoura e da navalha
Levando a vida tiro verso da cartola
Chora viola nesse mundo sem amor
Desigualdade rima com hipocrisia
Não tem verso nem poesia
Que console um cantador
A natureza na fumaça se mistura
Morre a criatura e o planeta sente a dor
O desespero no olhar de uma criança
A humanidade fecha os olhos pra não ver
Televisão de fantasia e violência
Aumenta o crime, cresce a fome do poder
Boi com sede bebe lama
Barriga seca não dá sono
Eu não sou dono do mundo
Mas tenho culpa porque sou filho do dono
(Filho do Dono – Flávio José)

Atenta durante o trajeto que nos levaria à comunidade Maria Petronília, observava e já visualizava que aquela estrada, asfaltada até o Porto da Ceasa e emoldurada por mata preservada em ambos os lados, mudaria drasticamente. Com a construção da Avenida Liberdade e a chegada do "progresso", tudo aquilo desapareceria e o verde daria lugar ao concreto.

O trecho da música Filho do Dono, interpretada pelo cantor Flávio José, é trazido aqui para refletir sobre o nosso futuro, caso permaneça essa relação desastrosa do homem com a natureza. Dentre os problemas imbuídos nesse discurso que embasa uma busca incansável pelo progresso, estão os impactos ambientais, socioeconômicos e culturais. Reflito, assim, que não sou dona do mundo, mas parte integrante dele. Minhas percepções sobre o que foi visto na comunidade Maria Petronília revelam o temor pela destruição que ocorre diante dos nossos olhos. Não se trata de uma profetização infundada de um visionário, baseado no que traz a canção, mas o diário do mundo está diante de nós, por uma história que se repete constantemente. Um progresso que transforma cidade e natureza em mercadoria, onde obras de infraestrutura urbana tem como plano de fundo especulação imobiliária, exclusão social e gentrificação. A figura a seguir, mostra trecho da obra que teve uma grande área desmatada.

Figura 1: Trecho da obra da Avenida Liberdade, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal

O ponto de encontro do grupo de extensão ocorria sempre no posto Petrobrás, localizado na esquina da Trav. Lomas Valentinas com a Av. João Paulo II, nº 2629, Marco, Belém - PA, no período da manhã, entre 9h e 10h. O percurso é feito por uma estrada de terra que leva até a comunidade. Após o Porto da Ceasa, a mais ou menos 500m, já é possível ver a obra da avenida.

Ao chegar à comunidade, o caminho principal é sobre tábuas de madeira suspensas do solo, chamadas de estivas, características do habitar ribeirinho amazônico. Confesso que, em alguns trechos, o trajeto exigiu de mim certa capacidade de equilíbrio e destreza, pois um vacilo e a queda seria inevitável. Percebi um ambiente que, ao mesmo tempo, demonstra um silêncio em relação ao barulho da cidade e revela os sons da mata, o cheiro das árvores e do rio, que levam à percepção de um lugar calmo. No entanto, cada indivíduo percebe o espaço de forma diferente (Merleau-Ponty, 1999).

Entrando na comunidade a cena é composta por árvores, casas de madeira e alvenaria, roupas secando em varais e no guarda-corpo das casas. Em um ponto da caminhada, observei que as árvores emolduravam a ponte de madeira central. Eu busquei registrar através da fotografia, mas priorizei vivenciar aquele lugar pelo pouco tempo que tínhamos. A caminhada que leva e conecta as residências é através de pontes de madeira um pouco elevadas do solo, assim como as casas, o que é característico da arquitetura ribeirinha. Por vários pontos, vi roupas secando nos guarda-corpos das casas e nos varais que seguem a ponte central.

A citação acima faz parte do meu diário de campo e demonstra minhas primeiras impressões. A paisagem natural emoldura uma das casas palafíticas na Figura 2. A percepção criada é a de que casa e natureza se tornam uma unidade, em que uma faz parte da outra, pois “o efeito do que se vê, ouve ou sente, de algum modo provoca uma sensação, uma inferência que pode levar à percepção, a qual é sempre relativa e diferenciada de um sujeito para outro; uns percebem mais ou melhor do que outros” (Silva; Miranda, 2021, p. 53).

Figura 2: Comunidade Maria Petronília



Fonte: Arquivo pessoal.

Os questionamentos vieram quando me deparei com a paisagem evidenciada na Figura 3, pois mostra inicialmente um pouco das formas que os moradores se apropriam do espaço, as relações culturais e um pouco do que já mudou. A percepção do contraste das tipologias que estão em primeiro plano e as que estão em último, revelam a transformação da cultura tradicional e as mudanças trazidas pela modernidade. A casa deixa de ser de madeira para ser de alvenaria. Essa análise não infere julgamento de certo ou errado, do que é bom ou ruim para os moradores; apenas observa a mudança ocasionado pela ideia de modernidade.

Figura 3: Comunidade Maria Petronília



Fonte: Arquivo pessoal

A relação entre o lugar e o indivíduo, estabelecida em um espaço enquanto território, não é alheia às mudanças. As culturas seguem em constante transformação: elas moldam e são moldadas pela forma como os agentes atuam sobre elas, sejam estes exógenos ou não. Para Azevedo (2016), o que foi construído pode ser alterado de acordo com as novas experiências; se as pessoas mudam, os projetos também mudam, pois os sentidos se alteram conforme os ciclos da vida. A casa não é algo petrificado. Assim, tendo a Avenida Liberdade como um agente externo à comunidade, passamos a analisar as percepções dos moradores frente às mudanças.

Vai melhorar pra eles, né? Porque piorou pra nós

Durante as visitas à comunidade, a base existencial de Norberg-Schulz fica evidente nos depoimentos, pois se percebe a identificação e os significados que os moradores criaram com o espaço. Há uma clara aflição e preocupação sobre o seu habitar frente às mudanças ocasionadas pela Avenida Liberdade, pois o “homem habita quando

pode orientar-se dentro e identificar-se com um ambiente, ou, simplificando, quando experimenta significativamente o ambiente” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 05, apud REIS, 2017, p. 11). Esse identificar-se pode ser perdido por tais intervenções.

A ideia de cidade moderna, difundida pelo progresso tecnológico e consolidada no século XX, impactou o modo como a sociedade se relacionava com a natureza. Trata-se de uma modernidade que busca a dominação do meio natural em prol de recursos e da higienização das cidades, ocasionando, assim, a transformação da relação entre cultura e natureza. Latour (1994) aborda que, para alguns observadores, as conferências sobre o estado global do planeta em 1989 poderiam simbolizar o fim do capitalismo e das esperanças de conquistar e dominar a natureza de forma ilimitada; contudo, para que isso ocorresse, a ciência, a tecnologia e a política não poderiam atuar de forma separada na sociedade. No contexto amazônico, a natureza ainda é entendida como fonte inesgotável de recursos e algo a ser "vencido" em prol de um bem maior: o desenvolvimento. Essa visão reflete-se em grandes impactos ambientais. Como afirma Krenak (2020): “Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos - ou os netos de nossos tataranetos - vão poder passear para ver como era a Terra no passado”.

A natureza não tem sido considerada como uma parceira e aliada para estabelecer um real desenvolvimento da região. Ao contrário disso, a floresta aparece nos planos e programas federais para a região nas últimas décadas ora como obstáculo a ser vencido, ora como simples objeto a ser explorado, ora como um almoxarifado inesgotável de riqueza que, portanto, não se precisa ser repostado (Loureiro, 2002, p. 113).

Essa sociedade moderna, que, na tentativa de acabar com a exploração do homem pelo homem, passa a seguir uma inesgotável dinâmica de dominação da natureza pelo homem (Latour, 1994), apresenta-se de forma complexa. Abordagens que não estabelecem bem a relação entre cultura, natureza e política nos campos de atuação do projeto da Avenida Liberdade tendem a se demonstrar falhas, pois resultam em um progresso pela dominação, repetindo padrões de uma modernização que falhou com diferentes culturas e com o meio ambiente.

Nas entrevistas com os moradores, as obras da Avenida Liberdade são sempre o ponto mais debatido. É o momento em que mais se expressam, talvez pela revolta diante dos impactos causados. Relatam que só foram avisados da construção após o início das obras, “Não, quando eles já vieram, já vieram com o papel e já tava vindo já no remo de lá de Ananindeua” (Interlocutora 1). Afirmam que derrubaram toda a área de açaizal em

que trabalhavam e não houve indenização. Há indignação, pois, afirmam que eles poderiam ter avisado com antecedência para que eles pudessem retirar os açaís antes da derrubada das árvores.

Porque aqui era uma mata de sobrevivência da gente, então a metade do açaizal foi todo embaixo. O pouco que tem agora, não dá. A sobrevivência da gente caiu muito, muito. Porque eles falaram que iam indenizar, né? Os moradores, ia fazer isso e aquilo e por enquanto não aconteceu nada disso. E a obra já tá um pouco avançada e não aconteceu nada do que eles prometeram. E o açaizal as máquinas derrubaram tudo. Cheio dos frutos, né? Que a gente ia se manter disso, né? E hoje em dia caiu (Interlocutora 1).

Segundo uma nota publicada pelo Governo do Pará (2025) em resposta a uma reportagem da BBC, houve audiências para ouvir as comunidades, o que contraria o depoimento dos moradores ouvidos durante as incursões. Estes moradores relataram que residências foram desapropriadas por estarem no traçado da avenida, o que evidencia o rompimento dos vínculos afetivos e a desestruturação do modo de morar da população local. Entretanto, a referida nota do governo estadual afirma que não houve retirada de moradores.

A obra da Avenida Liberdade não envolve a retirada de moradores e não faz parte do pacote de investimentos federais e estaduais para a COP 30. A avenida é um projeto iniciado em 2020, antes mesmo de Belém ser escolhida como sede da COP, e está sendo construída em uma área já habitada há bastante tempo, por onde passa um linhão de energia. O traçado segue justamente a faixa onde a vegetação foi anteriormente suprimida.

Todas essas informações foram devidamente repassadas à reportagem da BBC. A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Pará não entende porque a BBC ignorou tais fatos e optou por uma reportagem que não condiz com a verdade.

O rito de licenciamento ambiental foi rigorosamente cumprido, inclusive com audiências públicas para ouvir as comunidades e discutir mitigação de riscos, que condicionam todo o licenciamento. As comunidades estão sendo beneficiadas com infraestrutura e serviços que vão resultar em melhora da qualidade de vida.

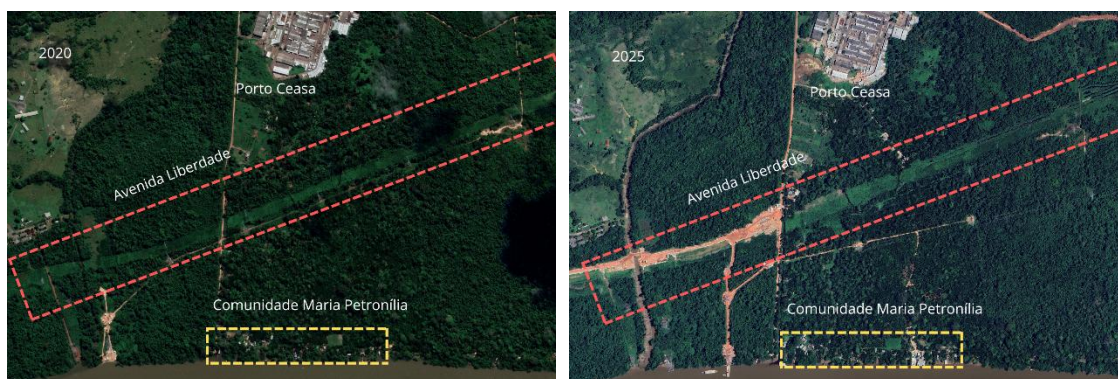
O Governo do Pará está implementando diversas soluções estratégicas para assegurar a sustentabilidade da via, incluindo a construção de cicloviárias, a utilização de energia solar para sua iluminação e a implantação de 34 passagens de vida silvestre ao longo do percurso para permitir o livre tráfego da fauna local.

A avenida de cerca de 13 km é uma importante obra de mobilidade para a Região Metropolitana de Belém e vai beneficiar mais de 2 milhões de pessoas.

Conforme a apresentação institucional da obra (PARÁ, 2021), nos componentes do projeto número 5, foi destinada verba para possíveis desapropriações; contudo, não foram encontrados documentos que confirmassem a execução dessas medidas. O texto menciona: “Desapropriação e mitigação de impactos ambientais, fica disponível verba para eventuais desapropriações, reflorestamento, programas educacionais e manejo”

(PARÁ, 2021, slide 19). Na figura 4 traz uma imagem esquemática mostrando as mudanças morfológicas acontecidas nos últimos cinco anos. A avenida Liberdade vai seguir um traçado, já desmatado, pois passam as linhas de alta tensão. No entanto, estão desmatando para alargar o caminho e também áreas próximas.

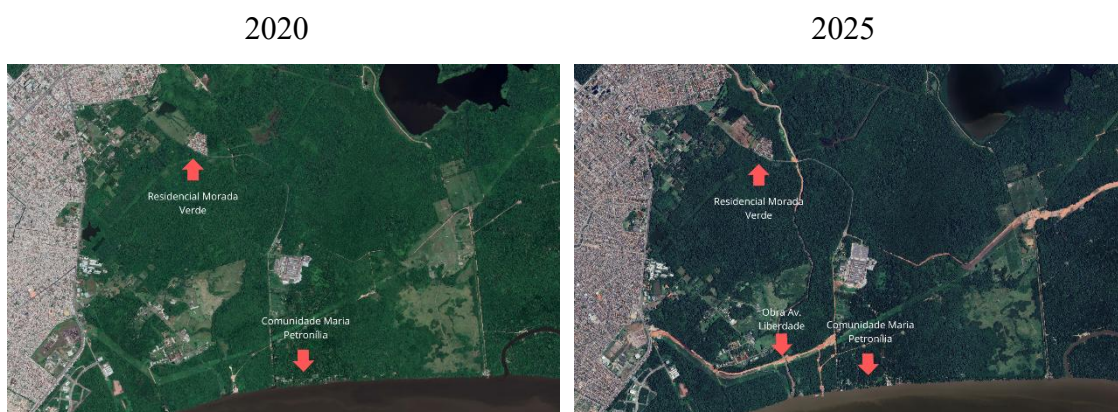
Figura 4: Ilustração esquemática de trecho da área impactada pela obra da Av. Liberdade



Fonte: Elaborado pela autora (2026), a partir de imagem do Google Earth (2020/2025).

Embora a nota oficial afirme que as comunidades seriam beneficiadas com melhorias de infraestrutura e serviços voltados à qualidade de vida, a interlocutora contesta essa posição: “Prometeram vários benefícios para a comunidade, mas não cumpriram nem a metade. Além da Avenida Liberdade, há um projeto de uma orla próximo ao condomínio Morada Verde, o que resultou no desmatamento de uma grande área de mata” (Interlocutora 1). A comparação das imagens de 2020 e 2025 da Figura 5 também revela áreas desmatadas nos arredores do Residencial Morada Verde e a abertura de novas vias de acesso. Segundo a interlocutora 1, essas transformações impactam o cotidiano dos moradores.

Figura 5: Ilustração esquemática da área próxima ao Residencial Morada Verde, Belém/PA.



Fonte: Elaborado pela autora (2026), a partir de imagem do Google Earth (2020/2025).

Mesmo insatisfeitos com a construção da Avenida Liberdade, os moradores mostraram-se mais receptivos às intervenções prometidas como melhoria dentro da comunidade, como a substituição das estivas por pontes de concreto. “Prometeram a nossa ponte de concreto. Daqui até... dois mil e não sei quantos metros de ponte de concreto. A nossas pontes do igarapé, aí, um centro comunitário, uma quadra esportiva e um posto de saúde” (Interlocutora 1).

Durante a minha última visita à comunidade, em fevereiro de 2026, a ponte de concreto ainda não havia sido construída. As estivas, na parte mais próxima da entrada pela estrada da Ceasa, encontravam-se em boas condições estruturais; porém, na parte central da passarela, estavam em péssimo estado, com ripas podres, o que me causou uma queda e a torção do tornozelo esquerdo. O trecho do meu diário de campo evidencia, em parte, o motivo pelo qual as melhorias prometidas são tão aguardadas.

Hoje, fomos realizar uma oficina de pintura de guardanapos para as mulheres da comunidade Maria Petronília. A atividade aconteceu no dia 26 de março de 2026, à tarde. Realizamos a oficina em uma das casas próximas ao acesso pela estrada da Ceasa.

Estava tudo acontecendo como o planejado, até que o professor começou a se sentir mal, com sintomas de uma possível hipoglicemia. Decidimos ir até uma bodega na parte mais central da comunidade comprar algo para ajudá-lo. O trecho da passarela até lá apresentava condições precárias de infraestrutura, com muitas ripas podres. Ao passar por um homem que estava próximo, fomos avisadas para ter cuidado e fazer “corpo leve”, pois poderíamos cair. Não deu outra: alguns passos adiante, me desequilibrei e pisei em uma ripa podre; meu pé direito afundou e o esquerdo torceu. Não entendi como faria o tal “corpo leve”, só sei que, claramente, eu não consegui.

Além das condições estruturais das estivas, o acesso para pessoas com dificuldades de locomoção torna-se inviável em muitos trechos. Houve o relato de uma tentativa de levar uma cadeirante até um dos balneários por meio do acesso pela estrada Paraíso Verde, que fica a aproximadamente 150 metros do local; contudo, relataram dificuldades severas no percurso. Esse depoimento foi obtido por meio de uma conversa com um casal recém-chegado à comunidade, sem vínculo familiar com a Maria Petronília, que construiu um balneário no local. Esse fato evidenciou o motivo da preocupação dos interlocutores com a chegada de pessoas que não são descendentes da fundadora.

Dentre as preocupações, para os entrevistados, a perda das árvores nativas está causando impacto direto na renda familiar, já que grande parcela dos moradores vive do extrativismo (açaí, castanha e cacau). Além da comercialização, há a extração para consumo próprio. Uma moradora afirmou que, na ocasião da visita, seu esposo retirava

apenas metade da quantidade de latas de açaí em comparação ao que colhia antes do início das obras da avenida.

E ta dando danos, eles não tão querendo indenizar, porque a gente não tem açaí, assim, pra gente trabalhar. A área que a gente trabalhava era essa aí e eles derrubaram tudo. A gente ficou tipo quase sem renda. Os meninos vão, apanham uma lata, duas. Aí tiravam 16, 15,29 de açaí, agora não tem, derrubaram tudo. E eles não querem indenizar. Porque a gente foi nascido e criado aqui. Eu pelo menos tenho 50 anos, fui nascida e criada aqui. Nunca sai daqui. Ai tipo, derrubaram tudo [...] eles não querem indenizar, mas a gente já recorreu (Interlocutora 2).

Refletindo sobre a relação homem e natureza trazida por Latour (1994) e a fala das interlocutoras, se ser moderno é dominar toda a área florestal ao redor da comunidade e acabar com a fonte de renda de muitas famílias ribeirinhas que vivem do extrativismo, precisaríamos ser assim, antimodernos.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda (Krenak, 2020 p. 31).

Para o líder indígena, ambientalista e filósofo Ailton Krenak, a humanidade precisa aprender a estabelecer um vínculo harmônico com a natureza, como os povos originários o fazem, pois, com a atual relação, todos estamos ameaçados. Poderiam os marginalizados pela história, como abordado por Acosta (2016), construir outros tipos de sociedade ao se apropriarem da diversidade cultural formada por eles e, assim, conviver harmonicamente com a natureza? Porém, como alcançar esse feito dentro de um sistema universalizante? Para Krenak (2020), os processos civilizatórios e a modernidade transformaram culturas, como ocorreu com os povos indígenas.

Historicamente, o que entendemos como "humanidade" contribuiu para que a civilização buscasse incansavelmente dominar e explorar todo ambiente natural existente. É um poder dominante que dita as regras e é seguido pelo resto do mundo (Krenak, 2020), muitas vezes sem questionamentos. O Estado, como instituição detentora de poder simbólico, impõe um modelo a ser seguido e aceito pelo resto da sociedade (Bourdieu, 2008). Trata-se de um discurso em que o único progresso possível é o que tange à cidade moderna. Para Bourdieu (2008), o Estado atua fundamentado na construção de uma realidade que convence a mente oprimida pelo discurso. É sobre impor seus interesses com um "chegar manso" que silencia as pessoas e suas culturas sem causar revoltas.

Ao longo de quatro séculos perdeu-se, gradativamente mais persistentemente, a identidade original do homem e os referenciais da vida anterior, face aos sucessivos e constantes choques culturais. Hoje, o homem da Amazônia

procura reconstruir, sem cessar, uma nova identidade e uma nova forma de vida que lhe possibilitem harmonizar uma nova cultura com a conservação da natureza, os benefícios e o usufruto do progresso técnico e científico do mundo moderno (Loureiro, 2002, p. 109).

“Vai tirar nosso sossego!” (interlocutora 3). Além dos prejuízos ambientais e culturais, há inquietações sobre a segurança, pois, segundo os entrevistados, a comunidade é tranquila e não há roubos. Eles atribuem isso ao fato de o local ser mais “escondido”; com a avenida, o acesso facilitado traria criminalidade. Houve, inclusive, um relato de moto roubada, o que, segundo a entrevistada, não ocorria anteriormente.

Para Azevedo (2016), a casa pode ser refúgio, acolhimento e segurança, mas também insegurança, estranheza e tristeza. No contexto da comunidade, pode haver mudanças tanto positivas quanto negativas pela influência exógena da obra. A Avenida Liberdade, nesse sentido, pode atuar como um agente de transformação do significado e da relação dos moradores com a casa, caso esse sossego lhes seja retirado: “Tu é doida! É, não assim, eu acho tanto de bem [que há algum ponto positivo], mas sim vai prejudicar a gente um bocado, né. Que possa que tenha invasão. Tudo isso a gente tá direito a essas coisas, né” (Interlocutora 3). É relatado pelos interlocutores a preocupação por já ser notório a chegada de pessoas que não são descendentes da Maria Petronília, o que pode significar uma ruptura identitária e o dos vínculos afetivos da comunidade. Sendo assim, uma fragilização da coesão da linhagem familiar.

As relações culturais e os lugares de memórias familiares também sofreram impactos. Uma das entrevistadas teme que os filhos não tenham a chance de frequentar lugares que seus pais vivenciaram, o que causaria a perda de memórias, pois são as vivências dentro do espaço que o transformam em lugar. “Essa experiência despertada pelo lugar se desenrola a partir de um processo cognitivo que nos coloca em uma espacialidade e uma temporalidade que nos são próprios e convocam nossa memória, sensações e afetos, fundando a ideia de lugar” (Duarte et al., 2023, p. 36).

A tabela a seguir sintetiza os impactos diretos e subjetivos relacionados à comunidade e à obra da Avenida Liberdade, abordados no texto. Eles foram elencados a partir dos relatos dos moradores, bem como das percepções e análises realizadas durante minhas incursões em campo.

Tabela 1: Impactos da Avenida Liberdade

Impactos diretos	Impactos subjetivos
Desmatamento	Perda identitária

Perda de renda	Perda do sossego
Segurança	Memórias afetivas
Poluição dos igarapés	Transformações culturais
Deterioração das ruas pelo fluxo da obra	Fragilização da coesão da linhagem familiar
Desapropriação	Perda identitária do habitar

Como dito anteriormente, a construção da avenida Liberdade não está relacionada as treze principais obras destinadas para a COP30 pelo governo federal, estas que “têm como objetivo não apenas melhorar a infraestrutura urbana, mas também projetar uma imagem moderna e sustentável de Belém, conectando a cidade às demandas de uma audiência global (Castro; Dias, 2025, p. 9065). Paralelamente a isso, a contradição de uma cidade que quer se vender como capital da sustentabilidade, enquanto uma obra de “progresso” que desmata e diminui a renda de quem vive da floresta está sendo construída ao mesmo tempo da realização da COP30.

Considerações finais

“Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (Krenak, 2020, p. 14). A construção da Avenida Liberdade demonstra como o Estado atua sobre as áreas naturais e as culturas locais, partindo do princípio de que humanidade e natureza são coisas distintas. Mais do que consumir o meio ambiente, a obra também leva aquilo que não é colocado como produto: a cultura e as subjetividades das pessoas. “Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades, as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado” (Krenak, 2020, p.21).

Quando se derruba uma grande área de açaizal, não é apenas um ataque ao que é natural; é também um ataque à dinâmica do cotidiano de um espaço cultural. Os carros irão fluir melhor na região metropolitana de Belém, mas o que acontecerá com os extrativistas que precisavam do açaí? O rio e os seus igarapés ao redor da obra vão conseguir manter-se limpos? São perguntas que não poderão ser aqui respondidas; restringimo-nos ao fato de que, para os moradores da comunidade, segundo o que foi abordado, a construção da Avenida Liberdade é carregada de preocupações.

Particularmente, através do que presenciei, ouvi, li e analisei, as perspectivas pessoais não são boas, pois as grandes cidades foram e são construídas pela mesma

dinâmica e os resultados são sempre os mesmos: destruição, poluição e desigualdades. Espero estar enganada, mas creio que daqui a dez anos, ao passar pela mesma estrada do Porto do Ceasa, no mínimo, não irei mais ver árvores, e sim construções; encontrarei um rio poluído. Não estou sendo pessimista; lamentavelmente, estou sendo realista.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não - Lugares**: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Editora 90º, 2005.
- AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **Significados da casa e do morar**. Revista Vértices, v.8, n.2, p. 207 – 219, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 693 – 732.
- BELÉM (Município). **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal, 2008.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, São Paulo, 2016.
- CORÁ, Maria Amélia Junduriam. Debates e usos das culturas. In: CORÁ, Maria Amélia Junduriam. **Do material ao Imaterial**: Patrimônios culturais do Brasil. São Paulo: Educ, 2014. P.35-68.
- CASTRO, Ana Beatriz Amaral de; DIAS, Daniella Maria dos Santos Dias. Belém, COP 30 e o direito à cidade: megaeventos, gentrificação e exclusão socioespacial. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 9062-9079, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n2-261>. Acesso em: 20 maio 2026.
- Duarte, Cristiane Rose; Miranda, Cybelle; Pinheiro, Ethel; Silva, Luiz de Jesus. **Experiência do lugar arquitetônico**: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências. Rio de Janeiro: Rio Books, 2023.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora34, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- REIS, Elisabete Rodrigues dos. **Lugar do sentido**. Revista do Nufen. Belém, v. 9, n. 2 p.109-123, mai-ago, 2017.
- SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**: Indivíduo e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUWAHARA, Leticia Martel; SOUSA, Cintia Geraldina Reis da Silva; FERREIRA, Anna Beatriz. O imaginário coletivo no modo de morar ribeirinho: o legado de Maria Petronília. In: **5TH INTERNATIONAL CONGRESS ON AMBIANCES | 5º CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AMBIÊNCIAS**, 2024, Lisboa. Anais [...], 2024. p. 2201-2210.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VOZES da Floresta | Ailton Krenak. [S.I]: Le Monde Diplomatique Brasil, 2020. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GOVERNO DO PARÁ (SECOM). Nota de esclarecimento sobre a Avenida Liberdade. Belém: Agência Pará, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/nota/10707/nota-de-esclarecimento-sobre-a-avenida-liberdade>. Acesso em: 26 maio 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Apresentação institucional: Rodovia Liberdade. Belém: SEMAS, 2021. 1 arquivo digital (apresentação). Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Institucional-Rodovia-Liberdade.pdf>. Acesso em: 26 maio 2026.